



Educação em Revista

ISSN: 0102-4698

ISSN: 1982-6621

Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

DALBEN, ANDRÉ

ARTIGO - ESCOLA DE APLICAÇÃO AO AR LIVRE DE
SÃO PAULO OPEN-AIR SCHOOL OF SÃO PAULO

Educação em Revista, vol. 35, e219650, 2019, Janeiro-Dezembro
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

DOI: 10.1590/0102-4698219650

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399362349055>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

DOSSIÊ EDUCAÇÃO, SAÚDE E RECREAÇÃO

**ARTIGO - ESCOLA DE APLICAÇÃO AO AR LIVRE DE SÃO PAULO
OPEN-AIR SCHOOL OF SÃO PAULO**

ANDRÉ DALBEN¹
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1689-6238>

¹ Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, SP, Brasil.

RESUMO: O artigo aborda a história da Escola de Aplicação ao Ar Livre de São Paulo, instituição de ensino infantil instalada no interior do Parque da Água Branca em 1939. As suas aulas eram realizadas com emprego de lousas e carteiras portáteis. Conhecimentos internacionais, nacionais e locais sobre as instituições médico-educativas ao ar livre, que se encontravam em circulação em São Paulo nos anos anteriores, foram apropriados para a sua criação. A escola foi divulgada como uma instituição modelo de ensino, sendo empregada como campo de aplicação e estágios da Escola Superior de Educação Física e da Escola Normal Caetano de Campos. Em 1952 foi transferida para edifício especialmente construído para abrigá-la, o qual assegurava a realização de aulas ao ar livre. As fontes da pesquisa se constituem em matérias de jornais paulistas, decretos, leis, projetos de leis, relatórios oficiais, livros, monografias e periódicos de educação e de educação física.

Palavras-chave: Escolas ao ar livre. Educação ao ar livre. Ensino experimental. Educação do corpo.

André Dalben - Professor da Universidade Federal de São Paulo, Santos/São Paulo. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <andredalben@yahoo.com.br> .

OPEN-AIR SCHOOL OF SÃO PAULO ESCOLA DE APLICAÇÃO AO AR LIVRE DE SÃO PAULO

ABSTRACT: The paper discusses the history of the Open-Air School of São Paulo, a preschool institution created in 1939 inside the Água Branca Park in the city of São Paulo, Brazil. Its classes were carried out with portables blackboards and school desks. International, national and local knowledge about open-air institutions that were in circulation in São Paulo in previous years was appropriated for its creation. The school was promoted as a model institution, being used as field of application and internships for students from the Higher School of Physical Education and the Normal School Caetano de Campos. In 1952 the school was transferred to a special building, which ensured the realization of open-air classes. The sources used in this research are newspaper articles from São Paulo's press, decrees, laws, draft legislation, official reports, books, monographs and journals of education and physical education.

Keywords: Open-air schools. Outdoor education. Experimental teaching. Body education.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tomou como objeto central de análises a Escola de Aplicação ao Ar Livre (EAAL), instituição de ensino instalada no interior do Parque da Água Branca,¹ na cidade de São Paulo, em 1939. A escola iniciou suas atividades com duas classes, sendo uma pré-primária e outra primária, destinadas a crianças de ambos os sexos. O seu grande diferencial foi o fato de empregar carteiras e lousas leves e transportáveis, o que permitia que as suas aulas ocorressem totalmente ao ar livre e em qualquer localidade do parque. Em 1952, a escola foi transferida para um edifício especialmente construído para abrigá-la nas proximidades do parque. Na atualidade se denomina como Escola Estadual Dr. Edmundo de Carvalho e nos últimos anos tem recebido a atenção de algumas pesquisas históricas motivadas pelo fato dela ter sido uma instituição de ensino experimental que instituiu propostas pedagógicas inovadoras.

De acordo com Dalben (2009, 2014), a EAAL foi inaugurada pelo Departamento de Educação Física (DEF), repartição da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, e esteve sob jurisdição da Seção de Pedagogia e Metodologia da Escola Superior de Educação Física (ESEF) até o ano de 1955. Estabeleceu-se como uma escola de aplicações pedagógicas e como um campo de observações e

de estágios para os estudantes da ESEF e da Escola Normal Caetano de Campos. Afirmou-se como uma escola modelo, com espaço, tempos, propostas pedagógicas e materiais escolares bastante distintos dos demais grupos escolares paulistas da época (DALBEN, 2015b). Segundo Bermond (2007), tendo em vista as peculiaridades da EAAL, que colocava as crianças em contato constante com a natureza do Parque Água Branca durante as suas aulas ao ar livre, seria possível realizar aproximações entre as suas experiências pedagógicas e as antigas concepções educativas formuladas por Jean-Jacques Rousseau no século XVIII. As suas referências mais recentes, no entanto, foram as escolas ao ar livre concebidas por profissionais de inúmeros países desde o início do século XX. No Brasil, as escolas ao ar livre foram tema de diversos artigos publicados em revistas médicas e de ensino, de comunicações feitas em congressos e de livros e monografias escritas por médicos e educadores (DALBEN, 2014).

A construção do edifício que passou a abrigar a EAAL, a partir de 1952, foi motivada por um acordo estabelecido entre a prefeitura de São Paulo e o governo estadual para a construção de novas unidades escolares, denominado como Convênio Escolar (CALDEIRA, 2005; ABREU, 2007). Três anos após a transferência para o novo edifício, a escola se desvinculou da ESEF e do DEF, mas continuou a seguir a sua vocação no ensino experimental (SÃO PAULO, 1955a; 1955b). A pesquisa realizada por Passos, Ferreira e Matte (2013) se ateve à história do currículo das escolas experimentais instituídas em São Paulo a partir da década 1950 e encontrou na EAAL seu principal objeto de análises. As autoras narraram a série de reestruturações legais sofrida pela escola ao longo de sua história e esboçaram análises sobre as limitações do papel exercido pelas suas experiências pedagógicas na renovação do ensino paulista. Bizzocchi (2016) demonstrou que apesar de a escola ter acompanhado os principais movimentos educacionais das décadas de 1960 e 1970, conseguiu estabelecer uma identidade pedagógica própria e inovadora. As duas investigações se detiveram ao período posterior a transferência da escola para o seu novo edifício e o interesse em estudá-la decorreu das experiências ímpares que a escola colocou em prática ao longo de sua história.

O número de pesquisas nacionais que se debruçaram sobre as escolas ao ar livre ainda é bastante exíguo, ao passo que em outros países já se tem diversos estudos realizados. Em 2003, por exemplo, foi publicada a obra *L'école de plein air: une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXe siècle* (CHATÈLET, LERCH, LUC, 2003), a qual reuniu pesquisas sobre a história das escolas ao ar livre criadas na Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Suécia

e Suíça. As investigações foram realizadas por pesquisadores ligados à História, História da Educação, História da Educação Física, História da Arquitetura e História da Medicina e da Higiene. Em 2011, Chatélet publicou a obra *Le souffle du plein air. Histoire d'un projet pédagogique et architectural novateur (1904-1952)* com estudo comparativo entre escolas ao ar livre criadas em diferentes países europeus. Cabe destacar ainda as pesquisas realizadas sobre as escolas ao ar livre criadas na Argentina (DI LISCIA, 2005; ARMUS, 2007, 2014; LIONETTI, 2014), no Uruguai (DALBEN, 2019) e nos Estados Unidos (GUTMAN, CONINCK-SMITH, 2008; GREENE, 2011).

A pesquisa ora apresentada tem por justificativa contribuir tanto para o levantamento de fontes relativas à memória da EAAL de São Paulo, quanto incentivar novas abordagens e investigações sobre a história da educação do corpo ao ar livre, concebida, neste caso em específico, a partir de sua forma escolar mais refinada, a escola ao ar livre. Insere-se em um conjunto de pesquisas, realizadas nos últimos anos, que buscam analisar os ideários responsáveis por conceber a natureza como espaço de cura, prevenção, educação e divertimentos, assim como indagar sobre a importância da vida ao ar livre na configuração de processos educativos do corpo (SIROST, 2009; SOARES, 2015). Por fim, mas não de menor importância, as ideias centrais colocadas em questão pelas escolas ao ar livre - de uma educação realizada a partir da observação concreta da natureza, de uma vida ao ar livre em consonância com práticas corporais realizadas à sombra das árvores de bosques e parques urbanos, assim como a crítica aos métodos de ensino e à configuração das escolas tradicionais - constituem um significativo conjunto de ideias para o campo da educação e tocam, de maneira sutil, sensibilidades do tempo presente.

Na impossibilidade de se narrar uma história que aborde todos os aspectos de um objeto de estudos, torna-se necessário selecionar, organizar e simplificar, de modo a se adotar recortes epistemológicos que permitam conferir inteligibilidade à pesquisa. No que se refere ao recorte temporal, foi adotado inicialmente o período em que a escola funcionou dentro do Parque da Água Branca, de 1939 a 1952, uma vez que o seu objetivo principal era de analisar o seu funcionamento nesse espaço. Durante a pesquisa, no entanto, o período foi sendo paulatinamente alargado, retrocedendo-se para que houvesse uma melhor compreensão de como ocorreu a circulação de saberes que permitiram a criação da EAAL. É importante pontuar que o seu principal idealizador foi o médico Edmundo de Carvalho, responsável pela apropriação dos conhecimentos sobre as instituições médica-educativas ao ar livre que se encontravam em circulação naquele

momento. Desse modo, o objetivo da pesquisa se ampliou para a análise das ações instituídas por Carvalho, junto à rede de sociabilidade que constitui ao longo de sua carreira, para a criação da EAAL e o processo de planejamento, construção e transferência da escola para o edifício erguido pelo Convênio Escolar em 1952. O levantamento das fontes foi realizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; na biblioteca do Rotary Club de São Paulo; na biblioteca da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas; e no acervo do site Memória da Educação do Arquivo Público do Estado de São Paulo. As fontes se constituem em matérias de jornais paulistas de grande circulação, decretos, leis, projetos de leis, relatórios oficiais, livros, monografias e periódicos de educação e de educação física.

A CIRCULAÇÃO DE SABERES SOBRE AS ESCOLAS AO AR LIVRE

De acordo com Chatelet (2003), as primeiras escolas ao ar livre nasceram na Alemanha e na Bélgica simultaneamente, mais precisamente no ano de 1904. Segundo Luc (2003), as escolas ao ar livre surgiram do intuito de associar a educação à saúde pública. Enquanto instituição médica, as escolas ao ar livre fizeram parte de políticas de prevenção a tuberculose, doença que se alastrou por inúmeros países no início do século XX. É importante pontuar que a vacina B.C.G. foi criada na década de 1920, mas o seu emprego em larga escala começou apenas a partir da década de 1950. Antes de 1950, o controle e a prevenção da tuberculose foi realizado por meio de prescrições médicas que incluíam as terapias naturais ofertadas em sanatórios e outras instituições médicas, as quais aliavam a realização de exercícios físicos ao ar livre com a exposição sistemática do corpo à luz solar e ao ar fresco (BERTOLLI FILHO, 2001; ARMUS, 2007).

De modo geral, as escolas ao ar livre, sanatórios e colônias de férias foram instituições que compartilharam de um mesmo ideário médico, o qual priorizava pela natureza e por seus elementos para a cura e prevenção de doenças. Os fundamentos teóricos para a luta contra a tuberculose advinham sobretudo das terapias formuladas pela medicina natural. Os tratamentos desenvolvidos por esta vertente médica, conhecidos como hidroterapia, helioterapia, climatoterapia, entre outros, começaram a ser empregados ainda no final do século XIX em estabelecimentos de cura - como os sanatórios infantis - e em iniciativas ligadas ao campo da prevenção - como as colônias de férias infantis (BAUBÉROT, 2004; VILLARET, 2005; VILLARET & SAINT-MARTIN, 2004; ARMUS, 2007; DALBEN, 2014, 2015a).

De acordo com Ludwig (2003), no final do século XIX, profissionais alemães começaram a questionar a eficácia dos sanatórios e colônias de férias infantis no controle da tuberculose. Os questionamentos se referiam sobretudo ao período que as crianças permaneciam nessas instituições, considerado como insuficiente para restabelecer o estado de saúde delas de forma duradoura. Ademais, caso houvesse um prolongamento no período do tratamento oferecido pelos sanatórios, as crianças poderiam ter que deixar de frequentar a escolar, acarretando em atraso escolar quando regressassem às suas casas. Em contrapartida, as escolas ao ar livre poderiam permitir que as crianças atendidas fossem submetidas às terapias naturais ao longo de meses sem que o processo de escolarização fosse interrompido ou comprometido. Como observado por Depaepe e Simon (2003), em seu início, as escolas ao ar livre se confundiam com as colônias de férias permanentes, preventórios escolares, entre tantas outras denominações que circulavam naquela época. Segundo Thyssen (2018), as escolas ao ar livre estiveram por muito tempo interligadas e foram mesmo indistinguíveis de outros projetos dos campos da saúde preventiva e da higiene escolar.

De acordo com Châtelet (2003), as primeiras experiências de instituições ao ar livre postas em práticas em diferentes países no início do século XX começaram a ganhar reconhecimento internacional por meio dos congressos de tuberculose e de higiene escolar realizados na Europa. A circulação de conhecimentos promovida pelos congressos possibilitou que, em 1922, fosse organizado o I Congresso Internacional de Escolas ao Ar Livre em Paris.² Segundo Jablonka (2003) e Villaret (2005), o evento teve por objetivo estabelecer consensos teóricos passíveis de diferenciar as escolas ao ar livre de outras instituições que partilhavam da mesma matriz de pensamento que concebia a natureza como agente ideal tanto para a educação quanto para a cura e a prevenção de enfermidades. Ao final do congresso, a escola ao ar livre foi definida como uma instituição médico-pedagógico para crianças em idade escolar que deveria conciliar as necessidades orgânicas daquelas em estado de saúde mais frágil com a necessidade de instrução, adotando-se uma categorização em quatro termos: aulas ao ar livre, escolas ao ar livre tipo externatos, escolas ao ar livre tipo internatos e preventórios.

Nascidas do encontro entre a medicina e a educação, as escolas ao ar livre procuraram, em muitos casos, apresentar alternativas pedagógicas e higiênicas aos modelos escolares mais tradicionais. Em 1920, as escolas ao ar livre ganharam respaldo dos movimentos da Escola Nova, sendo adotadas em diversos países como uma inovação

que poderia substituir os modelos tradicionais de escola até então existentes. O I Congresso Internacional de Escolas ao Ar Livre ocorreu justamente no momento de ascensão das teorias escolanovistas e, entre seus participantes, encontravam-se diversos atores sociais ligados às causas da Escola Nova, os quais propuseram que as escolas ao ar livre não se restringissem a uma alternativa educativa, limitando-se ao fortalecimento das crianças mais fracas fisicamente e permanecendo como uma exceção nos sistemas públicos de ensino primário, mas que servissem como uma instituição modelo a ser imitada por toda a educação infantil. A originalidade das escolas ao ar livre transparecia nos seus programadas educativos, determinados pela necessidade de se manter os alunos a maior parte do tempo ao exterior e pelo mobiliário portátil empregado. Muitas escolas ao ar livre se constituíram como verdadeiros campos de experiências pedagógicas. Em geral, os exercícios físicos, as sessões de helioterapia, as palestras de higiene e as refeições tomavam grande parte do tempo escolar, reduzindo a duração das aulas, enquanto que a exploração pedagógica do meio ambiente favorecia abordagens pluridisciplinares, métodos ativos de ensino, a aprendizagem da autonomia e a aproximação entre professores e estudantes (MARTINEZ, 2000; JABLONKA, 2003; RUCHAT, 2003; SAVOYE, 2003).

Segundo Jablonka (2003), o I Congresso Internacional de Escolas ao Ar Livre representou um passo na direção de estabelecer diretrizes para unificar um movimento internacional polissêmico que já se encontrava em plena expansão. A organização de um movimento internacional, no entanto, não pode ser compreendido como uniforme, livre de rivalidades e ambiguidades. De acordo com Depaepe e Simon (2003), as quatro categorias estabelecidas ao final do evento (aulas ao ar livre, escolas ao ar livre tipo externatos, escolas ao ar livre tipo internatos e preventórios) eram esquemas conceituais que visavam organizar um movimento internacional, mas que não deixavam de transparecer os interesses em se definir quais profissionais e instituições fariam parte (ou não) desse movimento internacional. Thyssen (2018) questiona o próprio estabelecimento de um movimento internacional preciso para as escolas ao ar livre, criticando a concepção difusionista de que a partir dos exemplos iniciais outras escolas ao ar livre teriam seus modelos simplesmente transferidos e disseminados para novos territórios. De acordo com Jablonka (2003) a diversidade de atores e de saberes colocados em questão ao se pensar a história das escolas ao ar livre impõem leituras e análises históricas plurais. A criação dessas instituições em diferentes países obriga a se considerar as redes de sociabilidade organizadas,

as apropriações e singularidades em níveis nacionais e locais, assim como analisar os limites dos encontros em cada uma das experiências postas em prática por diferentes atores sociais.

Tais reflexões trazem a tona as características díspares que as escolas ao ar livre assumiram e impõem a realização de análises das particularidades históricas de cada uma das iniciativas postas em prática ao redor do mundo. No caso brasileiro, os Congressos Pan-Americanos da Criança foram uma importante via de circulação de saberes referentes às escolas ao ar livre e às terapias da medicina natural. Na primeira edição do congresso, realizada em Buenos Aires em 1916, uma comissão brasileira de médicos, presidida pelo pediatra Carlos Arthur Moncorvo Filho, esteve presente e relatou alguns ensaios de helioterapia realizados Brasil poucos anos antes. Em São Paulo o tisiologista Clemente Ferreira, presidente da Liga Paulista Contra a Tuberculose, vinha estudando e aplicando os banhos de sol no combate à tuberculose desde 1914 (MONCORVO FILHO, 1917). Para além dos congressos, a circulação dos conhecimentos sobre a helioterapia em nosso país foi também registrada em teses escritas por estudantes de faculdades de medicina e em diversos artigos de revistas médicas. Em conjunto com a helioterapia, essas obras também divulgaram no Brasil uma série de instituições médico-educativas voltadas especialmente para o atendimento infantil e que comumente aplicavam os preceitos da medicina natural, como os preventórios infantis, as colônias de férias infantis e as escolas ao ar livre. A recepção e a circulação dos saberes referentes às terapias naturais no Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, acompanharam o aumento de interesse da classe médica brasileira pelas instituições médico-educativas ao ar livre.

Em São Paulo a circulação de conhecimentos sobre as escolas ao ar livre também se fez presente nas primeiras décadas do século XX, sendo Clemente Ferreira (assíduo participante dos Congressos Internacionais de Tuberculose na Europa) um dos principais divulgadores dessas instituições (ROSENBERG, 2008; FERREIRA, 1906, 1913, 1929). A reforma do Serviço de Sanitário de 1917 já previa que “As escolas ao ar livre, principalmente destinadas às crianças de constituição débil, serão instaladas de acordo com os modernos preceitos de higiene pedagógica” (SÃO PAULO, 1917). Em algumas interpretações, as escolas ao ar livre ultrapassavam a simples prevenção da tuberculose, sendo concebidas também como dispositivos de normalização. Essa foi a concepção adotada pelo médico Balthazar Vieira de Mello, chefe da Inspeção Médica Escolar de São Paulo em sua obra intitulada “Escolas ao ar livre e colônias de férias para

débeis. Escolas especiais para tardos”, publicada no ano de 1917. Nesse caso, é possível verificar uma aproximação bastante acentuada do seu pensamento com o movimento eugenético paulista. Vieira de Mello recomendava a criação de escolas ao ar livre em São Paulo especialmente dedicadas para atender crianças classificadas como anormais, seja pela sua constituição física ou por aspectos psíquicos. As fichas antropométricas e de avaliação psíquica criadas pelo médico incorriam na polarização entre corpos infantis considerados como normais e patológicos (ROCHA, 2015; ALMEIDA, 2015).

Em 1932, o médico João Ferraz do Amaral apresentou na Faculdade de Medicina de São Paulo sua monografia, intitulada “Escolas ao ar livre: contribuição para o estudo do problema da higiene escolar em São Paulo” e orientada pelo médico Geraldo Horácio de Paula Souza. Afirmou que “Em S. Paulo, como ‘precursores’ podemos talvez apresentar as extintas Escolas 7 de Setembro, que durante alguns meses, por volta de 1920, levaram suas crianças aos parques da cidade, onde era desenvolvido o trabalho escolar” (AMARAL, 1932, p. 20). O autor também fez referência à Escola da Saúde criada pelo Serviço Sanitário no Jardim da Luz e ao *playground* inaugurado em 1930 no Parque Dom Pedro II. As iniciativas citadas podem ser compreendidas como um primeiro movimento de incorporação dos preceitos da educação ao ar livre dentro das instituições escolares paulistas, os quais ganhariam uma conformação mais bem delineada e mais consistente sobretudo com a inauguração da primeira escola a adotar o termo “ao ar livre” em seu nome. Ao analisar a obra de Amaral, observa-se que, sob o conceito “ar livre”, o autor agrupou uma grande diversidade de iniciativas, desde lições realizadas fora das salas de aulas, até escolas para deficientes mentais, passando por instituições médico-preventivas e pelos *playgrounds*.³ Esse modo plural de conceber as escolas ao ar livre refletia que o conceito “ar livre” era tão dinâmico que se encontrava quase que disperso, podendo essas escolas apresentar inúmeros formatos, desde que se valessem de um “mesmo princípio geral: Educar a criança, velando pelo seu fortalecimento físico, ao contato dos recursos naturais” (AMARAL, 1932, p. 24).

A monografia escrita por Amaral (1932) compilou grande parte dos autores brasileiros que vinham se dedicando ao assunto, assim como textos publicados por autores estrangeiros de origem francesa, argentina, uruguaia e estadunidense. As referências empregadas demonstram a grande pluralidade de conhecimentos referentes às escolas ao ar livre que se encontravam em circulação naquele momento em São Paulo. Essa circulação de saberes pode ser também rastreada por textos publicados em revistas médicas e de

educação. A Revista de Educação, por exemplo, divulgou em 1937 uma nota a respeito do III Congresso Internacional de Escolas ao Ar Livre, realizado em Bielefeld (Alemanha) em julho de 1936. A nota revela que os conhecimentos debatidos na Europa a respeito dessas instituições chegavam ao Brasil, sendo anunciados na revista oficial da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, uma vez que apresenta ao leitor as conclusões estabelecidas no encerramento do evento (3º CONGRESSO, 1937). Esse conjunto de saberes em circulação foi seguramente de grande valia para a idealização e criação da EAAL. É difícil, no entanto, estabelecer os vínculos diretos entre as diferentes propostas e conhecimentos sobre as escolas ao ar livre que se encontravam em circulação em São Paulo e o projeto de criação da EAAL, uma vez que seu idealizador deixou poucos textos escritos.

INSTITUIÇÕES MÉDICO-EDUCATIVAS AO AR LIVRE EM SÃO PAULO

A EAAL foi idealizada e fundada por Edmundo de Carvalho, médico que, apesar de ter publicado poucos textos, teve expressiva atuação nos campos da educação, da educação física e da assistência infantil, como é possível verificar por registros deixados em jornais paulistas. Proveniente de família da elite paulistana, se formou pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1906 e defendeu monografia na especialidade de oftalmologia. No ano seguinte, assumiu cargo no Posto Anti-Trachomatoso de Rio Claro, função que exerceu por pouco tempo devido ao recurso financeiro concedido pelo governo para que realizasse uma viagem de estudos para a Europa (AVULSOS, 1907; HÓSPedes, 1908). Permaneceu por um ano nas cidades de Viena e Roma e ao regressar ao Brasil abriu o seu próprio consultório oftalmológico em São Paulo (OCULISTAS, 1909). No início da década de 1910, assumiu o cargo de oculista no Corpo de Saúde da Força Pública do Estado de São Paulo, onde trabalhou até o ano de 1925 (FORÇA, 1914; O ENSINO, 1922; FOI EXONERADO, 1925).

Os seus trabalhos no campo da assistência infantil iniciaram-se em 1922, quando começou a angariar recursos para a fundação de uma instituição denominada como Instituto de Cultura Physica da Infância (BAILE, 1922). Tratava-se de uma instituição filantrópica que visava oferecer tratamentos da medicina natural e exercícios físicos ao ar livre para crianças dos orfanatos da cidade de São Paulo. O local para a instalação da instituição foi cedido pela prefeitura em um terreno junto ao Parque da Água Branca (SÃO PAULO, 1922). Previa-se a construção de três pavilhões, uma piscina, áreas para jogos e pista

de atletismo para realização de sessões de hidroterapia, mecanoterapia e práticas corporais ao ar livre, tudo em meio a jardins e frondoso bosque (INSTITUTO, 1923). As tentativas de Edmundo de Carvalho para levantar recursos para a construção das instalações perduraram ao menos por dois anos, mas, apesar de ter conseguido a cessão do terreno e reunido um grupo de profissionais para dirigí-lo, o instituto não saiu do papel (INSTITUTO, 1924; PELA SAÚDE, 1924). É interessante observar, no entanto, que a iniciativa que Edmundo de Carvalho pretendia desenvolver já tomava por fundamento os preceitos da medicina natural, como o contato com a natureza e com seus elementos para o fortalecimento do corpo infantil.

Entre os anos de 1928 e 1929, Edmundo de Carvalho esteve a frente da presidência do Rotary Club de São Paulo, organização que o possibilitou estender suas ações nos campos da assistência e da educação física infantil. Um dos projetos apresentados na sua gestão, em reunião realizada em janeiro de 1929, foi o de empregar os terrenos baldios existentes na cidade para a prática da educação física, a partir da união entre particulares, prefeitura e governo estadual. A prefeitura isentaria os proprietários dos terrenos dos impostos pagos, o governo estadual facilitaria a instalação de água e luz e o Rotary Club administraria o local em parceria com o Serviço Sanitário estadual (UHLE, 1991; SALES, 1994).

Para a efetivação da proposta, novos rumos seriam tomados pela rede de sociabilidade articulada por Carvalho. Meses após a apresentação do projeto, o prefeito João Pires do Rio concedeu parte do Parque Dom Pedro II para a construção de um *playground* e o engenheiro Luiz Ignácio de Anhaia Mello foi convidado, em junho, para palestrar no Rotary Club sobre o “recreio ativo nas sociedades modernas”⁴ (MOREIRA, 1955). Na ocasião da reunião, o prefeito revelou se tratar de um projeto amplo e afirmou que já estava cuidando para “transformar locais como o Jardim da Luz, as nascentes do Ipiranga, o sítio do Ibiraquera e as margens do Tamanduateí em *playgrounds*” (ROTARY, 1929, p. 5). Dois meses depois, a prefeitura repassou recursos públicos para a razão social do Instituto de Cultura Physica da Infância, para que este iniciasse a construção das instalações do *playground* no Parque Dom Pedro II (SÃO PAULO, 1929). Inaugurado em dezembro de 1930, a sua administração foi passada para a Cruzada Pró-Infância em março de 1931, pelo então prefeito Anhaia Mello (INAUGURA-SE, 1930; MELHOR, 1931). Anos mais tarde, o projeto do *playground* seria restruturado e daria origem aos parques infantis paulistanos administrados por Mário de Andrade (DALBEN, 2016; KUHLMANN JÚNIOR, 2017).

Ao mesmo tempo que Edmundo de Carvalho articulava a criação do primeiro *playground* da cidade, também tentava implementar outras instituições ao ar livre em São Paulo. De acordo com a palestra feita por Amadeu Mendes, Diretor-Geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo, na rádio Educadora Paulista em junho de 1929, o Rotary Club se dedicava naquele momento para a criação não apenas de *playgrounds* como de colônias de férias infantis e escolas ao ar livre (MENDES, 1929). Pouco tempo depois da palestra, foi noticiada a inauguração da Escola para Débeis no pátio de recreio do Grupo Escolar Prudente de Moraes por iniciativa conjunta de Edmundo de Carvalho e da Diretoria de Instrução Pública (NOS DOMÍNIOS, 1929). A escola atendia 50 crianças de 9 a 12 anos, selecionadas no próprio Grupo Escolar Prudente de Moraes. O pátio da escola e a sua localização, em frente ao Jardim da Luz, possibilitava que todas as aulas fossem realizadas ao ar livre (EM PROL, 1930). A Escola de Débeis, contudo, encontrou uma série de entraves administrativos e encerrou suas atividades poucos meses depois de inaugurada. É interessante observar, no entanto, que o ambiente ao ar livre teve centralidade na instituição, sendo realizadas aulas de ginástica e sessões de helioterapia no Jardim da Luz.

Ainda enquanto esteve na presidência do Rotary Club, Edmundo de Carvalho procurou articular uma rede de sociabilidade junto aos profissionais ligados à educação física e aos esportes em São Paulo. Em evento da Associação Cristã de Moços palestrou sobre “O valor da educação prática” e junto ao Clube de Regatas Tietê organizou uma série de palestras sobre medicina esportiva, proferidas por diversos especialistas (NA ASS., 1929; CONFERÊNCIAS, 1929). Em abril de 1929, foi convidado pela Diretoria Geral do Serviço Sanitário para compor a comissão organizadora da Semana de Demonstração da Cultura Física, um torneio esportivo estadual (A REALIZAÇÃO, 1929). A sua relação com a educação física se consolidaria em 1935, quando eleito presidente da Associação Paulista de Educação Física⁵ (ASSOCIAÇÃO, 1935).

Ao longo da década de 1930, Edmundo de Carvalho procurou ampliar a sua rede de sociabilidade no campo da filantropia e continuou atuando em prol da criação de instituições médico-educativas ao ar livre. Nessa época, aproximou-se da Liga das Senhoras Católicas, entidade caritativa de assistência à menores abandonados, e da Bandeira Paulista de Alfabetização, entidade responsável pela criação em 1935 da Escola da Vida (A QUESTÃO, 1933; A INAUGURAÇÃO, 1935). A referida instituição de ensino funcionou na sede da Cruz Azul, próxima ao Jardim da Luz. A

parte pedagógica foi dirigida por Sebastiana Teixeira de Carvalho, responsável pelos jogos educativos, cantos e desenhos, enquanto a parte médica ficou a cargo de Edmundo Carvalho, responsável por orientar as sessões de helioterapia (ESCOLA, 1935; PARA O SORRISO, 1935). Para a realização das sessões, a proposta era que parte do material anteriormente empregado na Escola para Débeis, como espreguiçadeiras e coberturas para o sol, fosse transferido para a Escola da Vida (PARA O SORRISO, 1935). A instituição de ensino atendia crianças de 5 a 7 anos residentes em locais com más condições sanitárias, filhas de famílias pobres ou portadoras de deficiências físicas (BANDEIRA, 1935). O método de ensino priorizado era o do centro de interesses e as crianças participavam de festas infantis, como as realizadas no Parque Dom Pedro II, e de feiras agropecuárias, como as realizadas no Parque da Água Branca (PARA A FELICIDADE, 1935; UMA ENCANTADORA, 1935; FAZENDO, 1936). Grande parte dos recursos para o seu funcionamento advinha de doações de empresas, entidades filantrópicas e particulares. Em 1936 a instituição foi matriculada no Departamento de Assistência Social sob o nome de Assistência Educativa à Criança Pobre e mudou sua sede para outro prédio localizado nas imediações do Jardim da Luz, o que permitiu que as aulas de ginástica continuassem a ser realizadas ao ar livre.

Ao longo de sua carreira, o médico Edmundo de Carvalho construiu uma rede de sociabilidades ligada aos campos da educação, da educação física e da assistência infantil em São Paulo. Como analisado anteriormente, as suas ações filantrópicas tomaram maior vulto quando assumiu a presidência do Rotary Club, tendo, a partir desse momento, divulgado e concretizado algumas de suas intenções de criar instituições médica-educativas ao ar livre voltadas para crianças carentes em São Paulo. As relações estabelecidas entre Carvalho e personalidades ligadas à filantropia e à educação se acentuariam em 1937, quando passou a compor o Conselho Cooperador da Cruzada Nacional de Educação (A POSSE, 1937). Já as suas relações com os profissionais da educação física se acentuariam ainda mais no ano 1938, quando foi convidado pelo secretário da educação, o também médico Álvaro Figueiredo Guião, para dirigir o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (TOMOU, 1932).

A partir da instalação do regime do Estado Novo, a Secretaria da Educação e da Saúde Pública passou por uma série de restruturações capitaneadas por Álvaro Guião e ao DEF foi conferida especial atenção. A intenção era de colocar em prática um novo projeto de educação física para o Estado de São Paulo, sendo Edmundo de Carvalho escolhido como o seu diretor. As reestruturações realizadas promoveram

mudanças nas atribuições legais do DEF. Até então responsável principalmente pela administração dos esporte, a repartição passou a promover “a educação física, bem como, através desta, a educação moral e cívica, de todas as crianças e adolescente do Estado de São Paulo” (SÃO PAULO, 1939a, p.1). O convite feito à Carvalho para assumir a direção do DEF foi acompanhado por um aumento expressivo no número de funcionários e no orçamento desta repartição pública, situação que o permitiria finalmente pôr em ação seus planos de criar uma escola ao ar livre na cidade de São Paulo (ACTOS, 1937; SÃO PAULO, 1939b). É interessante observar que o convite foi realizado por Álvaro Guião, médico formado na Universidade de Genebra, na Suíça, país onde a medicina natural e as instituições médico-educativas ao ar livre alcançaram grande notoriedade (HELLER, 2003).

A ESCOLA DE APLICAÇÃO AO AR LIVRE DE SÃO PAULO

Em 13 de junho de 1939 foi publicado o decreto de criação da EAAL, tendo por justificativa a necessidade em São Paulo de um centro modelo de educação infantil e de uma escola de aplicação para os alunos da Escola Superior de Educação Física e Escolas Normais (SÃO PAULO, 1939b). As aulas seriam ministradas por professoras normalistas, sendo contratadas Jenny P. Lanzoni e Julieta Gallo (FORAM, 1942). Anexo ao decreto encontravam-se as diretrizes para a sua organização, o seu programa e horário. É de se pressupor que esse texto tenha sido escrito por Edmundo de Carvalho. Nele estão dispostos os principais fundamentos médicos e pedagógicos que costumavam ser reivindicados em defesa das escolas ao ar livre: a permanência ao ar livre, em contato com a natureza, com a luz solar e o ar puro, ao invés dos lugares fechados e pouco higiênicos existentes nos centros urbanos. “Sob o ar puro e a luz, a circulação se ativa, a assimilação e a motilidade são estimuladas e, em consequência, o apetite redobra, aparecem a vivacidade e a energia de movimento, acompanhadas da sensação de bem estar e alegria” (São Paulo, 1939b, p.2). A educação física ganharia destaque, sendo a base de um projeto de educação integral, composto ainda por atividades educativas baseadas nos interesses das crianças. A concepção era de que a escola fosse capaz de interessar vivamente os alunos. Segundo os dizeres, as escolas ao ar livre poderiam ser uma solução para a educação infantil, pois “dão maiores oportunidades para o desenvolvimento físico e favorecem pelo ambiente, livre dos quadros tradicionais, atividades altamente educativas” (SÃO PAULO, 1939b, p. 2).

A proposta era de proporcionar um ambiente educativo inovador, com muitos preceitos advindos dos movimentos escolanovistas. A professora da classe pré-primária teria a função de orientar e estimular as crianças para obter os conhecimentos a partir da observação, da experiência e de projetos desenvolvidos de acordo com os seus próprios interesses. Previa-se uma galeria de arte para expor os trabalhos desenvolvidos pelas crianças e o espaço para o cultivo de uma horta. As histórias contadas pelas professoras poderiam servir de motivo para dramatizações. Já na classe primária, a ideia era de que, por se tratar de uma escola ao ar livre, o contato íntimo com as estruturas do parque poderia favorecer, a partir da observação, a aquisição de conhecimentos científicos sobre a natureza, sobre história e geografia. O ensino da aritmética e linguagem, seriam intercalados com trabalhos de expressão: desenho, pintura, modelagem, carpintaria e bordado. “Na escola primária o que importa, é o método, para que o assunto se torne interessante e a criança aprenda, sem perceber, brincando, sem estar presa a uma rotina que é contra a sua natureza” (SÃO PAULO, 1939b, p. 3). Em ambas as classes seria o ensino misto priorizado “Ensinar desde cedo, meninas e meninos a colaborarem juntos, sem distinção de sexos, é fazê-los subir pelo caminho que conduz ao ideal da vida” (SÃO PAULO, 1939b, p. 2).

Ao Parque da Água Branca foi conferido especial atenção no decreto, considerado “excelente como ambiente educativo, pelo seu aspecto bonito e agradável, suficientemente espaçoso para as atividades ao ar livre, além de possuir viveiros e outros elementos úteis a ação do educador” (SÃO PAULO, 1939b, p. 2). O mobiliário previsto para a escola, composto por carteiras e lousas leves e portáteis, possibilitaria que as aulas fossem “dadas debaixo das árvores ou em lugares agradáveis às crianças” (SÃO PAULO, 1939b, p. 2). O Parque da Água Branca, administrado pela Secretaria da Agricultura e onde se instalavam as Seções de Veterinária, de Caça e Pesca, Produção Animal entre outras, contava com recinto para exposições agropecuárias, tanques de peixes, baías e até um pequeno zoológico. Não se tratava de uma reserva nativa, mas de um parque previamente concebido e totalmente implantado, desde suas construções até a sua vegetação, servindo também como um passeio público para aqueles que procuravam por um reduto ao ar livre em meio às indústrias e trilhos de trem do bairro operário da Água Branca. Os seus prédios, em estilo normando, o tornavam bastante pitoresco e dentre os edifícios do parque, nenhum foi especialmente projetado para abrigar uma escola. Um dos seus edifícios foi adaptado para receber o refeitório, almoxarifado e as aulas nos dias de chuva.

A utilização do Parque da Água Branca pelo DEF, no entanto, antecedia a criação da EAAL. Em 1937, a ESEF transferiu a sua sede, assim como a escola de ginástica infantil que geria, do Parque Dom Pedro II para o da Água Branca (MENSAGEM, 1937). A escola de ginástica existia desde 1934, ou seja, a iniciativa de uma escola infantil anexa a ESEF era anterior a EAAL (UMA ESCOLA, 1934). Edmundo de Carvalho, no entanto, conferiria nova estrutura e organização para a escola em 1939 ao adotar os preceitos da educação ao ar livre, matéria que já vinha se dedicando há anos.

A inauguração da EAAL foi especialmente planejada para ser realizada durante os festejos da Semana da Criança. A solenidade contou com a presença de autoridades e foi noticiada em destaque pelo jornal Correio Paulistano, o qual transcreveu em suas páginas parte do funcionamento planejado para a escola no seu decreto de criação (INICIARAM-SE, 1939). Ao que tudo indica, o mesmo texto também serviu de inspiração para o folheto de propaganda escrito pelo DEF anos mais tarde, em 1942, e que foi distribuído para prefeituras do interior do estado (DEPARTAMENTO, 1943). As estratégias adotadas para a divulgação da escola foram múltiplas. O plano de organização da escola, anexo ao seu decreto de criação, também foi transcrito nas páginas da Revista de Educação Física e apresentado em conjunto com fotografia tiradas do cotidiano da instituição (ABADE, 1941). As fotografias também se fizeram presentes em diversas edições da Revista Brasileira de Educação Física, publicadas entre 1945 e 1949, sendo algumas escolhidas para compor três de suas capas. Nessas revistas, a EAAL foi apresentada como um monumento à modernidade da educação física brasileira, como o grande exemplo e contribuição de São Paulo, sendo anunciada como “a primeira do gênero criada no Brasil” (ABADE, 1941, p. 24) ou como uma escola “exemplar e única do gênero em nosso país” (A ESCOLA, 1947, p. 27). Observa-se, assim, que o DEF organizou uma verdadeira campanha de divulgação da EAAL logo após a sua inauguração. Empregou o texto do seu decreto e as fotografias tiradas da escola para afirmá-la como o grande modelo educacional paulista no campo da educação física e da educação ao ar livre. A maior parte de suas fotografias faziam questão de apresentar as crianças em ambiente externo, como nas ocasiões das refeições e aulas ao ar livre, dos jogos realizados durante a educação física, das sessões de helioterapia e dos momentos livres.

Figura 1. Revista Brasileira de Educação Física. v. 2, n. 13, p. 27, jan. 1945.

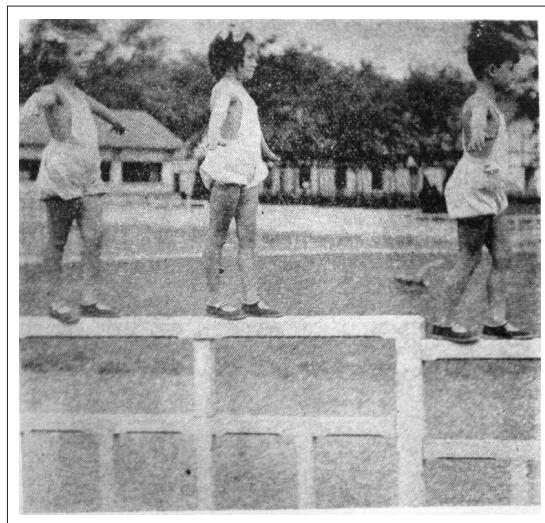


Figura 2. Revista Brasileira de Educação Física. v. 2, n. 13, p. 26, jan. 1945.



Figura 3. Revista Brasileira de Educação Física. v. 2, n. 13, p. 27, jan. 1945.



Figura 4. Revista de Educação Física, v. 10, n. 48, p. 25, set. 1941.



Figura 5. Revista Brasileira de Educação Física. v. 4, n. 34, p. 27, jan. 1947.



Figura 6. Revista Brasileira de Educação Física. v. 2, n. 13, p. 27, jan. 1945.



Figura 7. Revista Brasileira de Educação Física. v. 3, n. 25, capa, fev. 1946.

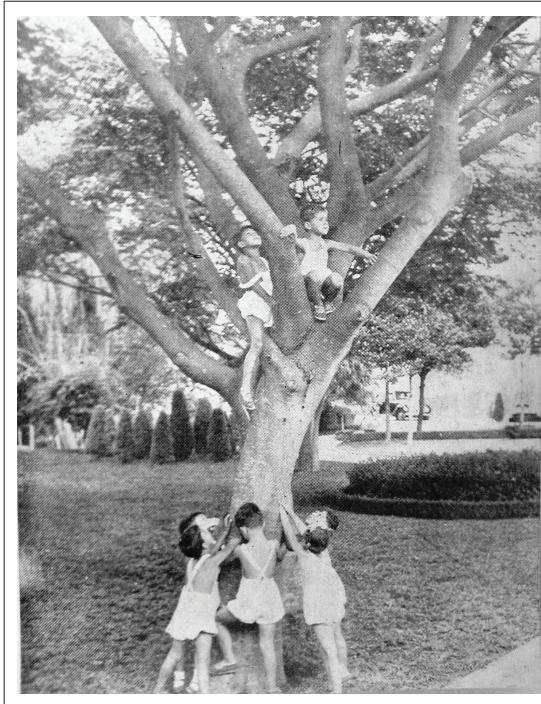


Figura 8. Revista Brasileira de Educação Física. v. 3, n. 29, p. 4, jul/ago. 1946.

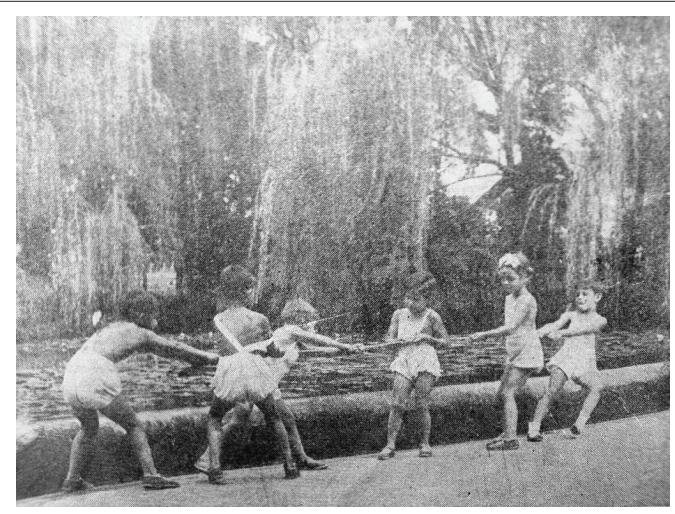
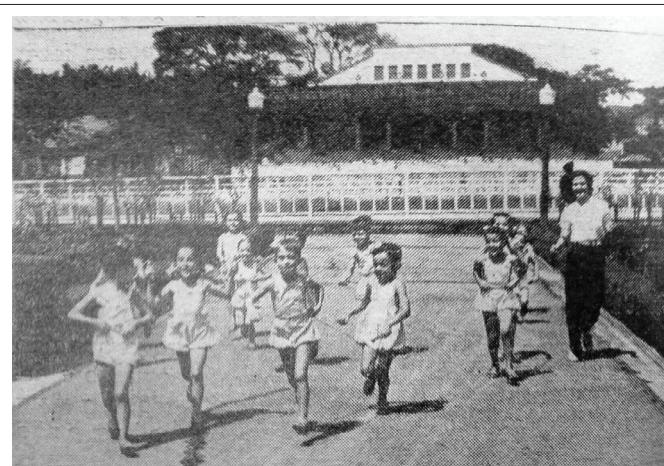


Figura 9. Revista Brasileira de Educação Física. v. 2, n. 13, p. 8, jan. 1945.



A escola também alcançou grande sucesso entre a população de São Paulo, sendo conhecida popularmente pelo afetuoso apelido de “escolinha”. No ano letivo de 1942 as vagas para matrícula de novos alunos foram sorteadas devido a grande procura existente e em 1944 já havia fila para se conseguir uma vaga (ESCOLA, 1942A; ESCOLA, 1942B; CRIANÇAS, 1944). A escola iniciou suas atividades em 1939 com cerca de 50 alunos e dez anos depois o número já era de pelo menos 350 alunos (SÃO PAULO, 1949). Ao longo dos anos, a imprensa paulista continuou a destacar o seu funcionamento de acordo com o texto instituído no seu decreto de criação e como uma escola modelo (A EDUCAÇÃO, 1946; AMEAÇADO, 1946). É bastante provável, no entanto, que o seu cotidiano escolar tenha se diferenciado em relação ao estabelecido pelos seus documentos oficiais ou mesmo pelo que era divulgado na imprensa paulistana e nos artigos de revistas especializadas. Diferentemente das instituições médico-educativas que Edmundo de Carvalho ajudou a inaugurar durante as décadas de 1920 e 1930, as quais atendiam sobretudo crianças carentes, a EAAL não se destinou exclusivamente aos filhos de famílias pobres. Ao que tudo indica, pouco tempo depois da sua inauguração o perfil do público que passou a frequentar a escola se alterou, atendendo filhos de famílias da classe média dos bairros vizinhos. Segundo reportagem, a escola atendia crianças que habitavam “os bairros de Perdizes, Lapa, Água Branca, Santa Cecília, Barra Funda, Freguesia do Ó e outros” (A PREFEITURA, 1949, p. 2). Em 1952 já se afirmava que era apenas “uma escola com grande número de crianças ricas” (ESCOLA, 1952, p. 5).

Os pais dos alunos matriculados apresentavam uma grande articulação política e conseguiam levar até a imprensa e aos poderes legislativos os seus protestos nas ocasiões em que a escola esteve ameaçada de ser fechada. O fato da EAAL se localizar em um espaço cedido pela Secretaria de Agricultura traria alguns contratemplos. Houve ocasião, por exemplo, que a escola permaneceu fechada durante o período da exposição agropecuária que tomava conta de todo o parque (CRIANÇAS, 1944). Invernos mais rigorosos também atrapalhavam seu pleno funcionamento, sendo o seu horário de abertura reduzido. No final do ano de 1946, começaram a aparecer na imprensa, de modo mais numeroso, os protestos dos pais contra o fechamento da instituição, ameaçada em virtude de um pedido da Secretaria da Agricultura que pretendia ocupar o edifício no qual a escola estava instalada. Na ocasião, as mães dos alunos foram até o Rio de Janeiro para pleitear junto aos parlamentares do governo federal a manutenção da escola (AMEAÇADO, 1946). Os pedidos de reabertura da escola, que se viu fechada por alguns meses, também chegaram à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o que permitiu que permanecesse aberta no interior do Parque da Água Branca (REABERTURA, 1947). Ao longo da década de 1940, a escola passou por outros momentos em que esteve em risco de ser fechada por conta dos planos da Secretaria da Agricultura, mas a articulação política das mães dos alunos impediu o encerramento de suas atividades, permanecendo aberta no interior do parque até o ano de 1952 (PERMANECERÁ, 1948; A ESCOLA, 1949; SÃO PAULO, 1949; INAUGURADA, 1952). A partir dessa data, passou a ocupar um edifício escolar especialmente construído nas imediações do parque.

A localização do terreno para a construção do edifício da escola também foi motivo de controvérsias. A proposta inicial era de se utilizar um terreno no bairro do Ipiranga (PRIMEIRA, 1947; CONSTRUÇÃO, 1949). Os protestos se deram em decorrência do terreno ser muito distante dos bairros onde moravam as crianças que frequentavam a escola do Parque da Água Branca (A PREFEITURA, 1949). De modo a resolver os impasses, um novo terreno foi escolhido nas proximidades do parque. Segundo o prefeito da época, Asdrubal da Cunha, a intenção era de se construir não apenas um edifício para abrigar a EAAL, mas um grande centro de recreação e cultura, no qual “fosse anexado um ‘playground’ e, a título experimental, [...] um campo de aprendizagem agrícola e um jardim para passeio público. Esse jardim público, conforme seja possível a sua instalação, poderá a vir contar com um ‘aquário’ e um ‘aviário’” (A PREFEITURA, 1949, p. 16). Eram grandes as ambições naquele ano de 1949. Em outro projeto, referente a criação de uma Comissão Municipal de

Desportos, previa-se a construção de 21 estádios na cidade de São Paulo, com uma escola ao ar livre anexa a cada um deles, e que todos os clubes particulares fossem “obrigados a manter parques infantis, nos moldes dos da prefeitura” (PRONTO, 1949, p. 12). É possível que a ideia tivesse relação com a escola ao ar livre, criada em 1945 com a ajuda de Edmundo de Carvalho, no Esporte Clube Pinheiros, além, é claro, dos parques infantis administrados pela prefeitura de São Paulo (EDUCAÇÃO, 1945; MEMÓRIA, 2009). O centro de educação e cultura, no entanto, não saiu do papel, e muito menos os 21 estádios com escolas ao ar livre anexas e parques infantis administrados por clubes. As controvérsias quanto a localização da nova sede para a EAAL, contudo, se encerraram com a definição do terreno próximo ao Parque da Água Branca. No ano seguinte o arquiteto Roberto Goulart Tibau apresentou o projeto do edifício a ser construído para a EAAL.

A construção fez parte de um ambicioso acordo estabelecido entre a prefeitura e governo estadual, denominado como Convênio Escolar e que tinha por finalidade zerar o *déficit* de salas de aula na cidade de São Paulo. O acordo foi chefiado pelo arquiteto Hélio de Queiroz Duarte, recém-chegado da Bahia, onde havia trabalhado com o educador Anísio Teixeira nos projetos das escolas-parques. O prédio da EAAL foi construído na segunda etapa do acordo (de 1948 a 1954), responsável pela construção de outros 51 edifícios escolares (ABREU, 2007). Segundo Caldeira (2005), os prédios construídos pelo Convênio Escolar na cidade de São Paulo apresentam característica ímpares, pois os arquitetos e engenheiros responsáveis pelos seus projetos procuraram materializar edifícios escolares que aliassem os preceitos da arquitetura moderna produzida no Rio de Janeiro com as preocupações pedagógicas de Hélio Duarte, influenciado por Anísio Teixeira, para criar espaços que estivessem intimamente relacionados com novas formas de educação. Como abordado Faria Filho e Vidal (2000) ao analisar os tempos e espaços escolares brasileiros, não se tratava mais do período marcado pelo modelo da escola-monumento, mas de um momento em que acendia o modelo da escola funcional. De modo geral, tratava-se de construções que quebram com as arquiteturas ecléticas da escola majestosa e austera, cedendo lugar para uma escola horizontal, em meio a jardins e gramados e com grandes vidraças que possibilitavam a entrada da luz solar. Era uma arquitetura moderna, que refletia em concreto algumas ideias de renovação pedagógica do período, com traçados abertos, limpos e simples, e que oferecia espaço propício para as aulas de educação física e para os momentos de recreio.

No que diz respeito especificamente ao edifício projetado para a EAAL pelo arquiteto Tibau, este contava com seis salas de aulas abertas para pátios privativos, concebidos especialmente para a realização de aulas ao ar livre. De acordo com Abreu (2007, p. 217), “foi a única do convênio a aplicar o conceito de ‘aulas ao ar livre’; em que cada uma das salas de aula, térreas, se integram a pátios de uso exclusivo através de grandes caixilhos”. Em entrevista concedida para a pesquisadora Caldeira (2005, p. 166), um arquiteto colega de Tibau narra as concepções empregadas na criação do projeto do edifício da EAAL da seguinte maneira:

Então pronto, as professoras às vezes, em dia bonito, davam aula lá fora. Era uma inovação que só o Convênio Escolar fez, porque não existia, mas existia na Europa, existia nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra. A gente via todos aqueles livros, os prédios bacanas para burro, plantas bacaníssimas, tudo de vidro até o chão. Nós nunca conseguimos fazer vir até o chão aqui, que o engenheiro não deixava de jeito nenhum. Tinha que parar a uns 80, 90 de parapeito e tal. Mas conseguimos janela ampla para não ter sombra dentro. [...] Ah, mas esse é o pré-primário que a criançada brinca lá fora. Tem aula lá fora.

Nascida no interior do parque da Água Branca, em um edifício adaptado para a seu funcionamento, a EAAL oferecia a seus alunos todos os ideais de uma educação realizada junto à natureza, em contato com a luz solar, com o ar livre e em meio a jardins. Não contava, no entanto, com uma arquitetura específica para a sua educação ao ar livre, fator suprido pelo edifício construído em 1952. Ao se apropriar de ideias estrangeiras, a comissão do Convênio Escolar ofereceu a possibilidade das turmas do pré-primário continuarem a ter aulas em ambiente externo e todas as salas de aula contavam com grandes janelas que permitiam a circulação do ar e a entrada abundante da luz solar.

As ideias propagadas sobre a EAAL parecem ter ganhado força no estado de São Paulo no início da década de 1950, uma vez que diferentes deputados apresentaram projetos para a criação de Escolas de Aplicação ao Ar Livre nos municípios de Araraquara, São João da Boa Vista, Vera Cruz e Cotia (SÃO PAULO 1952a; 1952b; 1953, 1954). É possível que esse movimento tenha sido resultado de alguma das ações de divulgação feita pelo DEF. Ao que tudo indica, nenhum dos projetos foi executado. Em decorrência de mudanças na Secretaria de Educação, a EAAL deixou de ser de responsabilidade do DEF e da ESEF em 1955 e passou a se denominar como Grupo Escolar Experimental. Continuou sendo uma escola modelo por muito tempo, mas muitos de seus espaços foram descaracterizados com o passar dos anos, sendo seu ensino ao ar livre também comprometido. Iniciava-se, assim, um novo período para a “escolinha”. Nas palavras de Tibau:

Eram feitas umas salinhas que estavam ligadas a salas ao ar livre e tal. Mas agora aquilo lá ficou tudo murado porque aquilo ali ficou uma zona de muita movimentação. Depois a FDE [Fundação para o Desenvolvimento da Educação] construiu uns blocos meio infelizes lá na frente, ficou uma coisa meio... (Caldeira, 2005, p. 147)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas ao ar livre nasceram do encontro entre a medicina e a educação, dos desejos de se frear o avanço da tuberculose e de se estabelecer alternativas pedagógicas para os modelos escolares mais tradicionais. Encontraram profícias vias de divulgação nos congressos internacionais, sendo os seus conhecimentos divulgados em conjunto com os da medicina natural, especialmente os da helioterapia. Começaram a ser debatidas por profissionais brasileiros já no início do século XX, sendo os conhecimentos produzidos em nível internacional e nacional sobre a educação ao ar livre apropriados por médicos e educadores que atuavam em São Paulo, responsáveis por proporem e criarem um conjunto heterogêneo e diversificado de instituições médico-educativas ao ar livre a partir da década de 1920.

O médico Edmundo de Carvalho construiu, ao longo de sua carreira, uma rede de sociabilidades ligada aos campos da educação, da educação física e da assistência infantil, o que o permitiu propor e ajudar a criar diversas instituições médica-educativas ao ar livre na cidade de São Paulo. As instituições que propôs e ajudou a inaugurar não foram simples cópias de suas congêneres no estrangeiro, apresentaram características próprias e se alimentaram de múltiplas vozes. O projeto de Edmundo de Carvalho que perdurou por mais tempo foi o da EAAL, posto em execução assim que assumiu a direção do DEF. Tratava-se de um momento privilegiado para colocar em ação os seus projetos de educação ao ar livre, uma vez que o estado de São Paulo e o governo varguista estavam investindo fortemente no campo da educação física.

Inaugurada em 1939, a EAAL foi divulgada como um dos principais modelos de educação ao ar livre de São Paulo, sendo as suas fotografias e o seu decreto de criação fartamente veiculados na imprensa paulista, em revistas especializadas e em campanhas de divulgação realizadas pelo DEF. Serviu de campo de aplicação e de estágios para alunos da ESEF e da Escola Normal de São Paulo. Alcançou grande sucesso entre a população, mas, diferentemente das iniciativas que Edmundo de Carvalho havia empreendido nos anos anteriores, não atendia exclusivamente crianças carentes. O seu público foi formado sobretudo por filhos de famílias da classe média paulistana, as quais apresentavam uma grande articulação política e conseguiam levar até a

imprensa e aos poderes legislativos os seus protestos nas ocasiões em que a escola esteve ameaçada de ser fechada durante a década de 1940.

Criada no interior do Parque da Água Branca, em um edifício adaptado para a seu funcionamento, a EAAL oferecia aos seus alunos todos os ideais de uma educação ao ar livre, mas não contava com uma arquitetura específica, fator suprimido em 1952 com o edifício construído Convênio Escolar. Perdurou como uma escola modelo por muito tempo, mas os seus espaços foram sendo paulatinamente descaracterizados, comprometendo a sua proposta de educação ao ar livre.

A sua história nos possibilita refletir sobre iniciativas de educação ao ar livre bastante inovadoras, mas que ainda são pouco conhecidas na história da educação brasileira. O resgate de tais iniciativas do passado nos ajudam a pensar sobre questões que tocam o tempo presente, sobretudo a respeito das possibilidades de união da educação com a vida ao ar livre nos centros urbanos. Os ensinamentos possibilitados pela história da EAAL nos dizem das inúmeras possibilidades da escola ser um lugar de encontro da criança com a natureza (BARROS, 2018).

REFERÊNCIAS

- ABREU, I. R. N. **Convênio escolar:** utopia construída. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ALMEIDA, A. M. de. Escolas ao ar livre e Colônias de férias: um corretivo para os débeis escolares. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 8., 2015, Maringá. **Anais do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**, Maringá: UEM, 2015, p. 1-11.
- ARMUS, D. **La ciudad impura:** salud, tuberculosis y cultura en Buenos Aires 1870- 1950. Buenos Aires: Edhsa, 2007.
- ARMUS, D. Las colonias de vacaciones: de la higiene a la recreación. In.:SCHARAGRODSKY, P. (org.) **Miradas médicas sobre la cultura física en Argentina (1880-1970)**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.
- BARROS, M. I. A. de. **Desemparedamento da infância:** a escola como lugar de encontro com a natureza. Rio de Janeiro: ALANA, 2018.
- BAUBÉROT, A. **Histoire du naturisme.** Le mythe du retour à la nature. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2004.
- BERMOND, M. T. **A educação física escolar na Revista de Educação Física (1932-1952):** apropriações de Rousseau, Claparède e Dewey. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- BERTOLLI FILHO, C. **História social da tuberculose e do tuberculoso:** 1900-1950. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BIZZOCCHI, C. E. Educação renovada no Estado de São Paulo: a experiência pioneira do ensino continuado e as práticas escolares do Experimental da Lapa (1961-1971). **Cadernos de História da Educação**, v.15, n. 2, p. 540-558, maio-ago. 2016.

CALDEIRA, M. H. de C. **Arquitetura para educação**: escolas públicas na cidade de São Paulo (1934-1962). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHÂTELET, A.-M. **Le souffle du plein air**. Histoire d'un projet pédagogique et architectural novateur (1904-1952). Genebra: Metis Presses, 2011.

CHÂTELET, A.-M. Le mouvement international des écoles de plein air. In: CHÂTELET, A.-M.; LERCH, D.; LUC, J.-N. (org.). **L'école de plein air**: une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXè siècle, Paris: Recherches, 2003.

CHÂTELET, A.-M.; LERCH, D.; LUC, J.-N. (org.). **L'école de plein air**: une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXè siècle, Paris: Recherches, 2003.

DALBEN, A. **Educação do corpo e vida ao ar livre**: natureza e educação física em São Paulo (1930-1945). Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DALBEN, A. **Mais do que energia, uma aventura do corpo**: as colônias de férias escolares na América do Sul (1884-1950). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

DALBEN, A. Artes de curar: embates históricos entre as terapias naturais e os tratamentos alopaticos. In.: BARROS, R. C. de; MASINI, L. **Sociedade e medicalização**. Campinas: Pontes Editores, 2015a.

DALBEN, A. Inovações pedagógicas de uma educação do corpo ao ar livre: a Escola de Aplicação ao Ar Livre do Estado de São Paulo (1922-1956). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 8, 2015, Maringá. **Anais do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**, Maringá: UEM, 2015b, p.1-13.

DALBEN, A. Notas sobre a cidade de São Paulo e a natureza de seus parques urbanos. **Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**, v. 8, p. 3-27, 2016.

DALBEN, A. Las escuelas al aire libre en Uruguay: creación y circulación de saberes. **Educación Física y Ciencia**, 2019 (no prelo).

DEPAEPE, M. ; SIMON, F. Les écoles de plein air en Belgique. In.: CHÂTELET, A.-M.; LERCH, D.; LUC, J.-N. (org.). **L'école de plein air**: une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXè siècle, Paris: Recherches, 2003.

DI LISCIA, M. S. Colonias y escuelas de niños débiles: los instrumentos higiénicos para la eugenia. Argentina, 1910-1945. In.: DI LISCIA, M. S.; BOHOLAVSKY, E. (org.). **Instituciones y formas de control social en América Latina, 1840-1940**: una revisión. Buenos Aires: Prometeo, p.93-113, 2005.

FARIA FILHO, L.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, p.19-34, Mai./Ago. 2000.

GREENE, G. Nature, architecture, national regeneration: the airing out of French youth in open-air schools 1918-1939. **Working Paper Series**. Princeton, v.45, p.1-54, 2001.

GUTMAN, M.; CONINCK-SMITH, N. de. **Designing modern childhoods**: history, space, and the material culture of children. New Jersey: Rutgers University Press, 2008.

HELLER, G. La cure intensive d'hygiène en Suisse. In: CHÂTELET, A.-M.; LERCH, D.; LUC, J.-N. (org). **L'école de plein air**: une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXe siècle, Paris: Recherches, 2003.

JABLONKA, I. Les ambiguïtés du premier Congrès International des Écoles de plein air (1922). In: CHÂTELET, A.-M.; LERCH, D.; LUC, J.-N. (org). **L'école de plein air**: une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXe siècle, Paris: Recherches, 2003.

KUHLMANN JÚNIOR, M. Processos de difusão do parque infantil e instituições congêneres no Brasil. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 9., 2017, João Pessoa. **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. João Pessoa: UFPB, 2017, p. 165-176.

LIONETTI, L. Discursos y prácticas de docilización sobre las corporalidades anormales en Argentina en los albores del siglo XX. In.: SCHARAGRODSKY, P. (org) **Miradas médicas sobre la cultura física en Argentina (1880-1970)**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

LUC, J.-N. L'école de plein air : une histoire à découvrir. In: CHÂTELET, A.-M.; LERCH, D.; LUC, J.-N. (rgs.). **L'école de plein air**: une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXe siècle, Paris: Recherches, 2003.

LUDWING, H. Les écoles de plein air en Allemagne, une forme de l'éducation nouvelle. In.: CHÂTELET, A.-M.; LERCH, D.; LUC, J.-N. (org). **L'école de plein air**: une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXe siècle, Paris: Recherches, 2003.

MARTINEZ, J. M. B. De las escuelas al aire libre a las aulas de la naturaleza. **AREAS**: Revista Internacional de Ciencias Sociales, Murcia, n.20, 2000.

MASTROROSA, A. **Departamento de Educação Física, Escola Superior de Educação Física e Associação dos Professores de Educação Física**: o ordenamento da Educação Física no Estado de São Paulo no início da década de 1930. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

MEMÓRIA Pinheirense. **Pinheiros**. v. 12, n.135, p.16, jun. 2009.

PASSOS, L. F.; FERREIRA, V. L.; MATTE, C. H. Escola Experimental da Lapa: a cultura material revelando uma experiência curricular renovadora. **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Cuiabá, 2013.

ROCHA, H. H. P. Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 371-390, abr.-jun. 2015.

ROSENBERG, A. M. F. A. **Guerra à peste branca**: Clemente Ferreira e a “Liga Paulista contra a Tuberculose” 1899-1947. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

RUCHAT, M. Jean Dupertuis (1886-1951). In.: CHÂTELET, A.-M.; LERCH, D.; LUC, J.-

N. (org.). **L'école de plein air**: une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XX^e siècle, Paris: Recherches, 2003.

SALLES, M. P. de A. **Servir São Paulo**: 70 anos do Rotary Club de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

SAVOYE, A. Écoles de plein air et éducation nouvelle en France (1920-1950). In.: CHÂTELET, A.-M.; LERCH, D.; LUC, J.-N. (org.). **L'école de plein air**: une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XX^e siècle, Paris: Recherches, 2003.

SIROST, O. La vie au grand air ou l'invention occidentale des milieux récréatifs. In.: SIROST, O. (org.). **La vie au grand air**. Aventures du corps et évasions vers la nature. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2009.

SOARES, C. L. (org.). **Uma educação pela natureza**: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana. Campinas: Autores Associados, 2016.

THYSSEN, G. Boundlessly entangled: non-/human performances of education for health through open-air schools. **Paedagogica Historica**. v.54, n.5, pp. 659-676, 2018.

TIMÓTEO, J. P. **A cidade de São Paulo em “escala humana”**: Luiz de Anhaia Mello e sua proposta de recreio ativo e organizado. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

UHLE, A. B. **Comunhão leiga**: o Rotary Club no Brasil. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

VILLARET, S. **Naturisme et éducation corporelle**. Des projets réformistes aux prises en compte politiques et éducatives (XIX^e – milieu du XX^e siècles). Paris: L'harmattan. 2005.

VILLARET, S. ; SAINT-MARTIN, J.-P. Écoles de plein air et naturisme: une innovation en milieu scolaire (1887-1935). **Mouvement & Sport Sciences**. v. 1, n. 51, p. 11-28, 2004.

FONTES

3º CONGRESSO de escolas ao ar livre. **Revista de Educação**. São Paulo, v. 17/18, p. 164-166, mar/jun. 1937.

A EDUCAÇÃO da criança abandonada é um dos nossos maiores problemas. **Jornal de Notícias**. São Paulo, 24 abr. 1946, p.1.

A ESCOLA de Aplicação ao Ar Livre do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, p. 27, jan. 1947.

A ESCOLA de Aplicação ao Ar Livre não será fechada e nem transferida. **Jornal de Notícias**. São Paulo, 10 dez. 1949, p.12.

A INAUGURAÇÃO da primeira “Escola da Vida”. **Correio Paulistano**, São Paulo, 12 jun. 1935, p.11.

A QUESTÃO dos menores abandonados. **Correio de São Paulo**. São Paulo, 08 nov. 1933, p. 2.

A POSSE solenne da Comissão Executiva e do Conselho Cooperador da Cruzada Nacional de Educação. **Correio Paulistano**. São Paulo, 16 dez. 1937, p.11.

A PREFEITURA instalará o Primeiro Centro de Aprendizagem Agrícola. **Jornal de Notícias**. São Paulo, 28 ago. 1949, p. 16.

A REALIZAÇÃO, em setembro, do grande certamen. **Correio Paulistano**. São Paulo, 02 abr. 1929, p. 5.

ABADE, I. A. A Escola Superior de Educação Física de São Paulo e sua Escola de Aplicação ao Ar Livre. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n.48, pp.24-27, set. 1941.

ACTOS Oficiais: Secretaria da Educação. **Correio Paulistano**. São Paulo, 15 jul. 1937, p.4.

AMARAL, J. F. do. **Escolas ao ar livre**: contribuição para o estudo do problema da higiene escolar em São Paulo. São Paulo: Est. Graphico Rossolillo, 1932.

AMEAÇADO de despejo um grande centro de educação infantil. A Noite, Rio de Janeiro, 11 dez 1946, p.1.

ASSOCIAÇÃO Paulista de Educação Physica. **Correio Paulistano**. São Paulo, 26 set. 1935, p.6.

AVULSOS: Posto Anti-Trachomatoso. **Correio Paulistano**. São Paulo, 24 mar. 1907.

BAILE á phantasia no Municipal. **Correio Paulistano**. São Paulo, 13 abr. 1922, p.3.

BANDEIRA Paulista de Alphabetização. **Correio de São Paulo**. São Paulo, 25 jun. 1935, p.2.

CONFERENCIAS médico sportivas. **Correio Paulistano**. São Paulo, 17 abr. 1929, p.6.

CONSTRUÇÃO da ‘Escola de Aplicação ao Ar Livre’. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 24 jun. 1949, p. 7.

CRIANÇAS infelizes. **Jornal de Notícias**. São Paulo, 10 nov. 1944, p.2.

DEPARTAMENTO de Educação Física. **Relatório de 1942**. São Paulo: Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, 1943.

DEPARTAMENTO de Educação Physica e suas actividades: uma aula de modelagem, dada as crianças da Escola de Aplicação ao Ar Livre, no Parque da Água Branca. **Correio Paulistano**. São Paulo, 12 abr. 1940, p.4.

EDUCAÇÃO Física racional para a criança brasileira. **Correio Paulistano**. São Paulo, 27 jan. 1945, p.12.

EM PROL de uma geração mais forte. **Correio Paulistano**. São Paulo, 30 mar. 1930, p.7.

ESCOLA da Vida. **Correio Paulistano**. São Paulo, 30 jun. 1935, p.4.

ESCOLA de Aplicação ao Ar Livre. Inscrição para sorteio. **Correio Paulistano**, São Paulo, 29 jan. 1942a, p.8.

ESCOLA de Aplicação ao Ar Livre. **Correio Paulistano**, São Paulo, 04 fev. 1942b, p.7.

ESCOLA de Aplicação ao Ar Livre. **Correio Paulistano**, São Paulo, 28 jun. 1952, p.5.

FAZENDO a felicidade dos desamparados da sorte. **Correio de São Paulo**. São Paulo, 13 jun. 1936, p.3.

FERREIRA, C. **Congresso Internacional da Tuberculose** (Paris – Outubro de 1905). São Paulo, Typografia do Diário Oficial, 1906.

- FERREIRA, C. As escolas ao ar livre. **Educação e Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 323-333, out. 1913.
- FERREIRA, C. **As escolas ao ar livre na luta contra a tuberculose na infância**. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1929
- FOI EXONERADO. **Correio Paulistano**. São Paulo, 26 jun. 1925, p. 3.
- FORAM contratados. **Correio Paulistano**. São Paulo, 13 mar. 1942, p. 6.
- FORÇA Pública. **Correio Paulistano**. São Paulo, 17 jul. 1914, p. 5.
- HOSPEDES e viajantes. **Correio Paulistano**. São Paulo, 21 abr. 1908.
- INAUGURA-SE hoje, ás 10 horas o «play-ground» do parque d. Pedro II. **Diário Nacional**, São Paulo, 23 dez. 1930, p. 7.
- INAUGURADA a primeira Escola de Aplicação ao Ar Livre do Brasil. **Correio Paulistano**, São Paulo, 23 nov. 1952, p.6.
- INICIARAM-SE, hontem, em todo o Brasil, as commemorações da “Semana da Criança”. **Correio Paulistano**. São Paulo, 12 out 1939, p.1.
- INSTITUTO de Cultura Physica da Infancia: uma obra patriotica. **Correio Paulistano**. São Paulo, 19 mar. 1923, capa.
- INSTITUTO de Cultura Physica da Infancia. **Correio Paulistano**. São Paulo, 10 fev. 1924, p. 2.
- MELHOR aproveitamento do “playground” do parque Pedro II. A grande praça de recreio infantil será confiada a Cruzada Pró-Infância. **Diário Nacional**, São Paulo, 19 mar. 1931 p. 5.
- MELLO, B. V. de. **Escolas ao ar livre e colônias de férias para débeis**. Escolas especiais para tardos. São Paulo: Inspeção Médica Escolar do Estado de São Paulo, 1917.
- MENDES, A. Palestras educativas. **Educação**. São Paulo, v. 8, n. 3, p. 291-293, set. 1929.
- MENSAGEM apresentada pelo governador J. J. Cardozo de Mello Neto á Assembléa Legislativa de São Paulo a 9 de julho de 1937. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1937.
- MONCORVO FILHO, A. Os primeiros ensaios de heliotherapia no Brazil. In.: CONGRESSO Americano da Criança: Comité Nacional Brazileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.1, p.293-301, 1917.
- MOREIRA, H. G. **Resumo histórico do Rotary Club de São Paulo (1924-1955)**. São Paulo: Oficinas Gráficas de Saraiva S. A., 1955.
- NA ASS. Christã de Moços. **Diário Nacional**. São Paulo, 26 jan. 1929, p.6.
- NOS DOMÍNIOS da Instrucção Publica: por fóra bella vióla... **Diário Nacional**. São Paulo, 08 dez. 1929, p.8.
- O ENSINO da educação physica na Força Pública. **Correio Paulistano**. São Paulo, 10 abr. 1922, p.3.
- OCULISTAS. **Correio Paulistano**. São Paulo, 24 dez. 1909.

PARA A FELICIDADE dos dias de amanhã. **Correio de São Paulo**. São Paulo, 26 jul. 1935, p.2.

PARA O SORRISO da vida de amanhã. **Correio de São Paulo**. São Paulo, 19 jul. 1935, capa.

PELA SAÚDE e pela raça: Instituto de Cultura Physica da Infancia. **Correio Paulistano**. São Paulo, 11 abr. 1924, p. 4.

PRIMEIRA Escola de Aplicação ao Ar Livre. **Jornal de Notícias**. São Paulo, 31 jul. 1947, p. 8.

PRONTO o substitutivo ao projeto sobre esportes. **Jornal de Notícias**. São Paulo, 14 set. 1949, p. 12.

PERMANECERÁ na Água Branca a Escola de Aplicação ao Ar Livre. **Jornal de Notícias**. São Paulo, 22 ago. 1948, p. 16.

REABERTURA da escolinha da Água Branca. **Jornal de Notícias**. São Paulo, 03 abr. 1947, p. 3.

ROTARY Club. **Diário Nacional**. São Paulo, 08 jun. 1929, p. 5.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº. 1.596**, 29 de dezembro de 1917. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado, 1917.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº. 10.243**, 30 de maio de 1939. Dispõe sobre a educação física no estado, 1939a.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº. 10.307**, 13 de junho de 1939. Cria uma Escola de Aplicação ao Ar Livre, 1939b.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto de Lei nº. 1.121**, de 1952. Cria uma escola de aplicação ao ar livre em Araraquara, 1952a.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto de Lei nº. 1.196**, de 1952. Cria uma escola de aplicação ao ar livre em São João da Boa Vista e dá outras providências, 1952b.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto de Lei nº. 493**, de 1953. Cria Escola de Aplicação ao Ar Livre em Vera Cruz, 1953.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto de Lei nº. 1.196**, de 1952. Cria uma escola de aplicação ao ar livre no distrito de Itapevi, no município de Cotia, 1954.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº. 24.410**, 16 de março de 1955. Dispõe sobre a subordinação da Escola de Aplicação ao Ar Livre à Secretaria de Estado da Educação, 1955a.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº. 24.430**, 23 de março de 1955. Dispõe sobre a criação do Grupo Escolar Experimental, 1955b.

SÃO PAULO (Município). **Lei nº. 2553**, 21 de outubro de 1922. Autoriza a prefeitura a ceder, a título gratuito, o uso e goso de um terreno do patrimônio municipal, à avenida agua branca, para a instalação e funcionamento do “instituto de cultura physica da infancia”, 1922.

SÃO PAULO (Município). **Lei nº. 3371**, 21 de agosto de 1929. Autoriza o prefeito a subvencionar com a quantia de 120:000\$000 o Instituto de Cultura Physica da Infancia, para a construção de um “play ground”, no Parque D. Pedro II, e dá outras providências, 1929.

SÃO PAULO (Município). **Projeto de Lei nº. 156**, de 1949. Autoriza a construção de prédio para a instalação da Escola de Aplicação ao Ar Livre, 1949.

TOMOU posse, hontem, o director interino do Departamento de Educação Physica. **Correio Paulistano**. São Paulo, 10 ago. 1938, p. 2.

UMA ENCANTADORA festa infantil. **Correio de São Paulo**. São Paulo, 15 out. 1935, capa.

UMA ESCOLA de gymnatica infantil: a nova iniciativa do Departamento de Educação Physica. **Correio de São Paulo**. São Paulo, 25 ago. 1934, p.1.

NOTAS

1 Conhecido popularmente como Parque da Água Branca, em decorrência do bairro no qual se situa, é oficialmente denominado como Parque Fernando Costa.

2 Outras edições do evento foram realizadas na Bélgica (1931), Alemanha (1936), Itália (1949) e Suíça (1953).

3 A respeito dos *playgrounds* conferir Kuhlmann Júnior (2017) e Timóteo (2008).

4 Anhaia Melo já vinha palestrando sobre os recreios ativos e sobre teorias urbanísticas estadunidenses em São Paulo desde 1928 (Timóteo, 2008).

5 Não são claras ainda as relações entre a Associação Paulista de Educação Física e a Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo, ambas criadas no mesmo período, mas, ao que tudo indica, por profissionais diferentes. A respeito da segunda associação conferir Mastorosa (2003).

Submetido: 07/02/2019

Aprovado: 18/04/2019

Contato:

Universidade Federal de São Paulo
 Campus Baixada Santista - Edifício Central
 Rua Silva Jardim, n. 136 - Vila Matias
 Santos | SP | Brasil
 CEP 11.015-020